



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150374 - BA (2021/0218633-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : IGOR ANTUNES RODRIGUES DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : CAÍQUE MESSIAS FERNANDES DA SILVA - BA066059  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IGOR ANTUNES RODRIGUES DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (N. 8004204-04.2021.8.05.0000).

O recorrente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e foi mantida sua prisão preventiva. Contra a sentença foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem que visava à revogação da referida prisão cautelar. A ordem foi denegada e sobreveio o presente *writ*.

Sustenta que o recorrente preenche todos os requisitos para o reconhecimento do tráfico privilegiado e a respectiva redução de pena. Alega, ainda, que o regime inicial fechado não foi devidamente fundamentado. Por fim, aduz que não estão presentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva do ora recorrente.

Requer, em pedido liminar, a imediata expedição de contramandado de prisão para aguardar o trânsito em julgado em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar, seja reduzida a pena no seu grau máximo pela incidência do tráfico privilegiado, seja fixado o regime inicial aberto com aplicação da detração penal e a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente